

# CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

## REQUERIMENTO N.º , DE 2021.

(Dos Deputados Frei Anástacio, Marcon, Helder Salomão, Nilto Tatto, Valmir Assunção e Patrus Ananias)

Requer realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para discutir o processo do massacre de Pau D' Arco ocorrido em maio de 2017.

### Senhor Presidente

Senhor Presidente, requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal e art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para discutir o processo do massacre de Pau D' Arco ocorrido em maio de 2017.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- Manoel Gomes Pereira, presidente da associação dos moradores do acampamento
- José Vargas Júnior, advogado
- Representante da Comissão Pastoral da Terra
- Julio José Araujo Junior - Coordenador do GT Reforma Agrária e Conflitos Fundiários – Ministério Público Federal/Procuradoria Federal do Direito do Cidadão
- Geraldo - Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- Ualame Machado Secretário de Segurança Pública do Estado do Pará
- Leonardo Caldas - Ministério Público Estadual – Comarca de Redenção
- Cleia Anice da Mota Porto - Secretária para a Comissão Especial de Acompanhamento dos Conflitos Fundiários Coletivos Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

### JUSTIFICAÇÃO

Em maio de 2017, no interior da Fazenda Santa Lúcia, no município de Pau D'Arco, sul do Pará, uma operação das polícias civil e militar paraenses resultou no assassinato de dez trabalhadores rurais. Eram nove homens e uma mulher, Jane Júlia, liderança e, hoje, mártir do movimento. Tendo visto o próprio namorado ser executado pelos policiais, Fernando se fingiu de morto durante a chacina, sobrevivendo ao cerco policial.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Frei Anastacio Ribeiro e outros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213512051600>

# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Apresentação: 04/06/2021 09:28 - CDHM

REQ n.76/2021

Seguindo a tradição de impunidade para os crimes contra trabalhadores e trabalhadoras rurais, quatro anos depois, os 16 policiais denunciados pela participação no massacre ainda estão em liberdade, e o inquérito que investiga os mandantes do crime não resultou em nenhum indiciamento. Enquanto isso, o advogado dos sobreviventes, José Vargas, foi preso e continua em prisão domiciliar, sob a acusação de participação em um crime que, de acordo com sua defesa, ele não teve qualquer participação. Nos causa preocupação adicional o fato de Fernando, sobrevivente e testemunha do massacre, ter sido assassinado apenas um dia depois da liberação de Vargas da cadeia.

Vargas tem atuação destacada na defesa dos direitos de trabalhadores e trabalhadoras rurais na luta pela terra no sul do Pará, tornando-se amplamente conhecido, devido sua corajosa atuação em defesa das vítimas do massacre de Pau D'Arco. Além das constantes ameaças à Vargas, sua prisão acirra a vulnerabilidade a que as famílias da ocupação Jane Júlia estão expostas – sobretudo, dos sobreviventes da chacina.

Fernando morava em um lote na ocupação da Fazenda Santa Lúcia, junto com mais 200 famílias acampadas na área, onde criaram o Acampamento Jane Júlia. No episódio do massacre, todos sobreviventes tiveram que sair da área. Contudo, ainda em 2017, a fazenda foi novamente ocupada.

Um dos primeiros a integrar o grupo da ocupação, Fernando resistiu junto a companheiros e companheiras, no decurso de sucessivas tentativas de despejos que aconteceram na área, a mando do pretense proprietário. A comunidade reivindica a implementação de um assentamento de reforma agrária no local.

Os depoimentos de Fernando e de outros sobreviventes foram, desde o início, fundamentais para elucidação do caso, antecipando o que os laudos de perícia técnica viriam a confirmar sobre a chacina. Tendo sobrevivido, foi, a um só tempo, vítima e testemunha ocular de um crime abominável, cuja repercussão nacional e internacional é mais uma ferida exposta de nosso país. Sob forte ameaça e pressão, Fernando entrou para o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas, tendo saído da região por um tempo. Optou, contudo, por retornar a seu território, na esperança de conseguir um lote de reforma agrária com a criação do assentamento para as dezenas de famílias do Acampamento Jane Júlia.

Os policiais denunciados como executores do massacre obtiveram do Judiciário decisão favorável para aguardar o júri em liberdade. Não há previsão de quando serão julgados. Na sequência, foram reincorporados às suas funções e continuam na ativa. Esses fatos criaram um ambiente de intimidação aos sobreviventes e às famílias das vítimas. Por outro lado, o inquérito sobre os mandantes do crime não foi concluído, deixando muitas perguntas sem respostas. A principal delas é: quem foram os mandantes do Massacre de Pau D'Arco?

Enquanto ocorre a prisão do advogado e o homicídio do sobrevivente (e principal testemunha!) do massacre, as famílias seguem ameaçadas de despejo pela Vara Agrária de Redenção, mesmo em plena pandemia (!).



\*CD213512051600\*

# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Apresentação: 04/06/2021 09:28 - CDHM

REQ n.76/2021

Embora haja indícios de que a Fazenda Santa Lúcia se encontre em terras públicas, o processo fundiário de investigação da cadeia dominial do imóvel, que deveria avançar rápido diante da gravidade do conflito, ficou paralisado. Desconsiderando a violência ocorrida na área e a iminência de novos conflitos, a oferta do Incra para compra do imóvel e criação do assentamento foi suspensa no início de 2019, seguindo decisão do governo Bolsonaro que proibiu o INCRA de adquirir novos imóveis para criação de assentamentos de Reforma Agrária. Muito embora esta terra já esteja paga, como pontuou Fernando durante uma audiência judicial, em 2020, a respeito das vítimas da Fazenda Santa Lúcia: “a gente já pagou por essa terra. Com nosso sangue!”.

Fernando morreu. O tiro que o vitimou, fez também outras vítimas. Atingiram a todos nós que lutamos pelo direito à terra no Pará, Amazônia e no país. Sua morte nos obriga a perguntar: Quem matou Fernando? Quem mandou matar Fernando? Porque o governo não soluciona o problema fundiário e assegura o direito à terra às famílias acampadas e aos sobreviventes do massacre?

A Comissão Pastoral da Terra e a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos e várias outras entidades se manifestaram em carta e, e peticionaram ao Secretário de Segurança Pública requerendo uma investigação rigorosa do crime. Solicitaram também, que o Ministério Público Federal seja acionado para acompanhar as investigações. Essa mesma petição foi enviada à Anistia Internacional, que já se posicionou publicamente sobre o caso<sup>1</sup>.

As entidades que assinaram a nota, exigiram do Governo do Estado, a designação de uma equipe especial de investigação para que o crime seja rapidamente esclarecido, o executor identificado e preso, assim como, os possíveis mandantes desse crime bárbaro, providência ainda sem resposta. O Estado brasileiro, notadamente o estado do Pará, tem a obrigação de sanar sua dívida histórica com os trabalhadores rurais, vítimas de violência diária e recorrente.

Guardaremos na memória a coragem de Fernando, aquele que testemunhava em favor da justiça, sonhando e lutando por uma terra a conquistar. O recordaremos por sua solidariedade com as famílias companheiras da ocupação; pelo amigo estimado para tantas pessoas, que conservava a alegria, apesar de tantas adversidades. Sua voz – doce, firme, assertiva, única – é inesquecível para quem a ouviu, e não será calada, nem será esquecida.

A Comissão de Direitos Humanos e Minoria realizou diligência no dia 26 de maio de 2017, na Fazenda Santa Lúcia, com a participação dos deputados membros com o objetivo de realizar reuniões com autoridades e agricultores para constatar a situação de conflito na região. Passado 4 anos do conflito a realização dessa audiência pública e de grande importância para avaliar os andamentos do processo referente a situação do imóvel rural assim como a situação do processo que investiga a morte dos trabalhadores rurais.

Em razão do exposto, portanto, contamos com apoio dos demais parlamentares para aprovação deste requerimento.



\* C D 2 1 3 5 1 2 0 5 1 6 0 0 \*

# **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Sala das Comissões, 31 de maio de 2021.

**Marcon**  
**Deputado Federal PT/RS**

**Frei Anastácio**  
**Deputado Federal PT/PB**

**Helder Salomão**  
**Deputado Federal PT/ES**

**Nilto Tatto**  
**Deputado Federal PT/SP**

**Patrus Ananias**  
**Deputado Federal PT/MG**

**Valmir Assunção**  
**Deputado Federal PT/BA**

Apresentação: 04/06/2021 09:28 - CDHM

**REQ n.76/2021**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Frei Anastacio Ribeiro e outros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213512051600>





## **Requerimento** **(Do Sr. Frei Anastacio Ribeiro )**

Requer realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para discutir o processo do massacre de Pau D' Arco ocorrido em maio de 2017.

Assinaram eletronicamente o documento CD213512051600, nesta ordem:

- 1 Dep. Frei Anastacio Ribeiro (PT/PB)
- 2 Dep. Patrus Ananias (PT/MG)
- 3 Dep. Valmir Assunção (PT/BA)
- 4 Dep. Marcon (PT/RS)
- 5 Dep. Helder Salomão (PT/ES)
- 6 Dep. Nilto Tatto (PT/SP)

